

RACISMO POPULAR E RACISMO INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA ITALIANA

RIVERA, Annamaria.
Regole e roghi: metamorfosi del razzismo.
Bari: Edizioni Dedalo, 2009.

POR

*Fernanda Di Flora*¹

No dia 16 de dezembro de 2013, as imagens feitas por um imigrante confinado em um centro de "primeiros socorros e acolhimento" (CSPA) em Lampedusa chocaram o mundo. O vídeo, gravado por um celular, mostra os imigrantes nus e seminus, expostos ao frio no pátio externo do centro, sendo pulverizados contra sarna. Diversos líderes políticos, italianos e europeus, que até então fomentavam e apoiavam a existência dos centros, manifestaram-se criticamente com relação a estes espaços e a grande mídia passou a denominá-los como *lager*, em referência aos campos de concentração e extermínio alemães e aos processos de desumanização aos quais os prisioneiros foram submetidos, em uma comparação que até recentemente era considerada como "imprópria, hiperbólica e infundada" (RIVERA, 2013, p. 1).

Com efeito, estes espaços de exceção tem sido denunciados por diversos intelectuais, organizações não governamentais e militantes antirracistas desde sua instauração, em 1998. A despeito de sua repentina visibilidade, da percepção da denúncia como fato inédito e isolado, os Centros de Identificação e Expulsão e os

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil. ferdiflora@uol.com.br.

Centros de Acolhimento tem sido objeto de acalorada disputa no interior do cenário italiano no que diz respeito à política migratória. Nesse contexto, a antropóloga e militante feminista e antirracista Annamaria Rivera destaca-se como uma das principais vozes críticas no combate aos centros de detenção para os imigrantes e à política securitária e emergencial desenvolvida pelos governantes italianos em consonância com os princípios e diretrizes propagados pela União Europeia.

Ainda pouco conhecida no Brasil, Annamaria Rivera é uma importante referência internacional no tema e tem dedicado sua trajetória intelectual a desvendar os caminhos pelos quais o racismo se modifica e se converte em regra no interior das relações sociais e governamentais. Seu livro *Regole e roghi. Metamorfosi del razzismo*, reúne uma seleção de artigos publicados ao longo dos últimos dez anos em diversos meios de comunicação, especialmente nos periódicos de esquerda *Il Manifesto* e *Liberazione*, configurando-se como um documento fundamental acerca da consolidação do racismo na Itália e dos embates em torno do fenômeno migratório. A autora contribuiu para demonstrar como o preconceito racial de cunho "diferencialista", frequentemente conjugado à misoginia e ao sexismo, verteu-se em parte profunda do imaginário italiano, do próprio idioma cultural de seu país.

De acordo com a autora, a Itália posiciona-se concretamente como um dos principais países no qual o racismo se apresenta de forma mais explícita e dura, numa fusão perigosa entre racismo institucional e racismo popular que frequentemente configura-se em políticas de exceção e violência cotidiana contra os estrangeiros. Essa fusão, alimentada pelos meios de comunicação de massa e pelos partidos de extrema-direita como a Liga Norte, se agravou com a crise econômica e o progressivo enfraquecimento do espírito democrático do país, sobretudo nos últimos anos do governo de Silvio Berlusconi. Aliando um populismo demagógico e midiático a práticas excepcionais de governo, Berlusconi e os demais partidos de sua coalizão contribuíram decisivamente para a construção de um novo inimigo interno ao mesmo tempo em que fomentaram o embotamento de massa do conhecimento histórico (RIVERA, 2009, p. 10-13). Para Rivera, podemos entender o "berlusconismo" como pedagogia, como "educação das massas" (RIVERA, 2009, p. 176), uma política cultural que tem na vulgaridade, no conformismo, no individualismo exacerbado e no desprezo pela cultura seus elementos mais significativos.

O problema da memória e da banalização do racismo são questões centrais na análise da antropóloga, que refuta a tese sobre a excepcionalidade do racismo à

italiana, chamando a atenção para o papel atroz desempenhado pela Itália no interior do colonialismo e para a brutalidade da experiência neocolonial, que atinge seu ápice durante as operações na Somália em 1993, onde crimes racistas, estupros e torturas foram cometidos por militares italianos em solo africano. A referida tese, defendida especialmente pelo historiador Renzo De Felice e que até recentemente gozava de amplo prestígio e aceitação na sociedade italiana, bem como no meio acadêmico, postula que o racismo durante o fascismo foi algo inédito, excepcional, uma espécie de reverberação do racismo nazista. As atitudes de Mussolini e a adoção das leis raciais expressariam, portanto, a sua necessidade de aprovação perante o regime nazista e não um racismo difuso e existente no país, retirando a autonomia e responsabilidade italiana pela violência e deportação dos judeus, bem como por quaisquer crimes contra eles cometidos.

O mito do italiano como imune, quase que ontologicamente, ao racismo, contribui para ocultar o fato de que as incursões coloniais representaram de fato um racismo de massas, quando as agressões à Etiópia, em 1936, edificaram o terreno sobre o qual se concretizaram as leis racistas contra a mestiçagem, criminalizando as uniões dos autóctones com pessoas de origem africana. É preciso enfatizar que o racismo fascista não foi apenas racismo antissemita ou mera reprodução do modelo alemão; foi, sobretudo, racismo colonial, que ainda ecoa nas relações intersubjetivas e nas políticas governamentais, uma vez que não foi reconhecido, elaborado e transcendido.

Diante deste quadro traçado por Rivera, não causa espanto que hoje líderes políticos e expoentes do governo se refiram a uma ministra negra, de origem estrangeira, como "macaca". As agressões verbais e simbólicas contra a ministra Cécile Kyenge retomam metáforas e dispositivos de desumanização do *outro* baseados na bestialização dos animais. O racismo na sua face mais evidente, que se baseia na hierarquia e diferença entre as raças, ocupa novamente lugar central na Itália, imputando aos negros características animais, como a submissão a impulsos primitivos e uma suposta potência sexual descontrolada, da qual decorreria, no caso das mulheres, uma tendência a gerar muitos filhos e, no caso dos homens, a sua inclinação natural ao estupro.

Com efeito, o livro de Rivera traz uma contribuição fundamental para a compreensão do fenômeno da "emergência estupros", que se convencionou a relacionar à presença dos imigrantes. Ela revela como esse slogan político é mais um dispositivo do racismo eficazmente utilizado por diversos setores da sociedade, de governantes, líderes locais a jornalistas para conotar negativamente o fenômeno migratório. Em uma observação crucial para a análise do presente, a

antropóloga chama a atenção para o que ela denomina como "racialização do sexismo", que imputa aos negros, albaneses e ciganos a tendência natural a cometer crimes sexuais e, principalmente, afirma que a violência sexista e misógina é uma característica fundamental dos cidadãos árabes. As campanhas políticas e midiáticas ignoram sistematicamente o fato de que a Itália ocupa o 84º lugar, numa lista de 128 países, que classifica os Estados nos quais a violência sexista é endêmica.

Como ativista feminista, Rivera não poupa o próprio feminismo e setores da esquerda de sua crítica contundente: ao considerar o mundo islâmico como homogêneo, como sinônimo de submissão irrestrita das mulheres ao domínio masculino, acentua-se a tendência a enxergar as mulheres migrantes como vítimas dos homens e de sua cultura de origem, racializando o sexismo. A liberação feminina, para Rivera, não se encerra na extensão e aplicação do modelo neoliberal a todas as mulheres, é preciso avançar no debate e focar na multiplicidade dos fundamentalismos, de modo que os "corpos femininos velados ou desnudos podem igualmente significar subordinação, apropriação e dominação das mulheres." (RIVERA, 2009, p. 184).

A racialização do sexismo encontra apoio naquilo que Rivera denomina como "racismo democrático", cujo maior expoente é Giovanni Sartori. Instrumentalizando a tese da necessidade de se defender a democracia, o politólogo italiano publica reiteradamente livros e artigos nos quais postula a impossibilidade absoluta da integração dos islâmicos. Ajudando a difundir a *islamofobia* latente, Sartori contribui decisivamente para a difusão das práticas discursivas racistas, que se assemelham em muitos aspectos aos dispositivos que forjaram o antissemitismo e a produção da ideia dos judeus como raça histórica e homogênea. A naturalização da cultura é o correspondente hodierno do "racismo sem raças" (RIVERA, 2009, p. 121), que reduz o muçulmano a um indivíduo que porta uma diferença radical, "culturalmente e etnicamente inintegrável".

Com ensaios polêmicos e críticas contundentes, o livro de Rivera é fundamental para todos os que se interessam pela temática do racismo e da construção do imigrante como novo inimigo interno e externo. Analisando e interpretando os percursos e mutações da discriminação racial e da xenofobia, Rivera revela o espírito do nosso tempo e a necessidade de construir uma nova concepção de cidadania que afaste a possibilidade da redução do outro à *vidanua*.

REFERÊNCIAS

RIVERA, Annamaria. *Regole e roghi: metamorfosi del razzismo*. Bari: Dedalo, 2009.

RIVERA, Annamaria. Nel Lager di Lampedusa essere infami è il 'protocollo'. *Il Manifesto*, 18 dic. 2013.